



Estado do Ceará Câmara Municipal de Bela Cruz

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/10/2025

Ata da 13ª sessão ordinária do 2º período do 1º ano da 17ª legislatura da câmara municipal de bela cruz, realizada em 24 de outubro de 2025

Resumo:

Presidente : Egberto Alves de Sousa

1º Secretário : Carlos Alexandre de Paulo

O Exmº. Senhor Presidente deu início a sessão pedindo que fosse feita a leitura da ata da semana anterior, realizada em 17 de outubro de 2025, a qual foi aprovada por unanimidade aprovada.

EXPEDIENTE:

- Ofício de nº 11210/2025/SSP - TCE/ Sobre a Prestação de Contas de Governo- Exercício Financeiro de 2023- de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor JOSÉ OTACÍLIO DE MORAIS NETO.
- Moção de Repúdio nº 01/2025 ver. Carlos Alexandre de Paulo
- Projeto de Indicação de nº 08/2025 autor Carlos Alexandre de Paulo
- Projeto de Indicação de nº 09/2025 autor Carlos Alexandre de Paulo
- Projeto de Indicação de nº 10/2025 autor Carlos Alexandre de Paulo
- Ofício Circular nº 020/2025/ COFT (ALECE)

GRANDE EXPEDIENTE: Senhor Presidente iniciou chamando o primeiro orador inscrito para fazer uso da Tribuna, vereador **Flávio Jovino** que iniciou seu pronunciamento demonstrando indignação com o Decreto nº 12.686/2025, publicado pelo Governo Federal, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Segundo ele, o Decreto foi apresentado com palavras bonitas, mas não foi bem elaborado nem devidamente assessorado, gerando forte reação entre especialistas e profissionais da educação inclusiva, que já estão se mobilizando contra sua aplicação. O ver. Flávio destacou que o Decreto impõe a inclusão obrigatória de alunos com deficiência em turmas regulares, sem considerar a realidade das escolas, das famílias e a necessidade de atendimento especializado que muitos desses alunos exigem. O vereador alertou que o decreto pode ameaçar o funcionamento das escolas e instituições especializadas, como a APAE, que realizam um trabalho reconhecido e eficaz, com profissionais capacitados e recursos adequados. Segundo ele, o governo pretende transferir todos os alunos com deficiência para salas comuns, sem garantir acessibilidade, suporte técnico e formação adequada aos professores, o que pode comprometer o direito à educação de qualidade. Flávio defendeu que a escolha sobre o tipo de ensino deve caber às famílias, que conhecem melhor as necessidades de seus filhos. Ele lembrou que há crianças com deficiências severas ou múltiplas, que necessitam de acompanhamento constante de terapeutas, psicólogos e cuidadores, o que torna inviável sua permanência em turmas regulares sem apoio especializado. O vereador considerou o decreto autoritário e inconstitucional, por contrariar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prevê que a educação especial seja oferecida preferencialmente e não obrigatoriamente nas escolas regulares. Ele afirmou ainda que o texto apresenta lacunas graves, como ausência de definição de carga horária e critérios de atendimento, e parece ter como objetivo reduzir gastos públicos, em detrimento da qualidade da educação. Por fim, Flávio Jovino declarou que apoia a suspensão ou revisão do decreto, em defesa da educação de qualidade, da valorização dos professores e do respeito às famílias. Ele reafirmou seu compromisso com as instituições especializadas e com a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, encerrando sua fala pedindo que a lei maior a LDB seja respeitada.

Prosseguindo o Senhor Presidente chamou o segundo Vereador inscrito para fazer uso da Tribuna o ver. Alexandre de Paulo, que iniciou sua fala cumprimentando a todos e destacou inicialmente o Decreto nº 12.686/2025, publicado pelo Governo Federal, que trata da nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Ele classificou o Decreto como um "decreto do mal", afirmando que ele



Estado do Ceará Câmara Municipal de Bela Cruz

ameaça o funcionamento das **APAEs** e de outras instituições especializadas em todo o país. Citou que a **APAE** de Bela Cruz atende mais de 120 famílias, ressaltando o esforço da presidente da instituição e a importância do trabalho realizado em benefício das pessoas com deficiência. Em seguida, tratou sobre a reforma administrativa proposta pelo Governo Federal, que também vem gerando preocupação entre os servidores públicos. Alexandre destacou que, embora a reforma seja necessária, o texto atual retira direitos históricos, especialmente a estabilidade dos servidores públicos, o que pode abrir espaço para perseguições políticas e demissões arbitrárias. Ele alertou que essa medida prejudicaria profissionais de todas as áreas, inclusive da educação e da saúde, e pediu apoio dos colegas vereadores para assinar uma Moção de Repúdio a ser encaminhada à Câmara dos Deputados e aos parlamentares que representam Bela Cruz, solicitando a rejeição da proposta. Alexandre também apresentou reivindicações de infraestrutura, como o retelhamento e pintura da UBS do Cambota, que encontra-se em más condições, e a continuidade da Avenida do Santuário até o loteamento Village Araticuns, o que facilitaria o deslocamento dos moradores e incentiva a prática de caminhadas na região. Na sequência, o vereador abordou a importância da valorização da produção local, destacando que o Ceará é atualmente o maior produtor de castanha de caju do Brasil, e que Bela Cruz figura entre os dez municípios com maior produção, com cerca de 13.668 toneladas e movimentação de R\$ 71 milhões. Entretanto, ele questionou os dados oficiais que colocam o município vizinho de Cruz em posição de destaque, alegando que parte significativa da produção belacruzense é contabilizada como se fosse daquele município, devido à emissão de notas fiscais fora da origem. O vereador lamentou que Bela Cruz esteja perdendo espaço econômico e comercial para cidades vizinhas, mencionando a saída de empresas e agências bancárias no passado, e defendeu uma maior valorização das potencialidades locais, especialmente do caju e da castanha, símbolos da identidade econômica do município. Sugeriu que Bela Cruz adote elementos visuais e culturais ligados ao caju, como forma de fortalecer sua marca e resgatar o orgulho local, assim como outros municípios fazem com seus produtos e tradições. Por fim, Alexandre se colocou à disposição para contribuir voluntariamente em projetos de valorização da cadeia produtiva do caju, propondo articulações junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado e a instituições parceiras, reforçando a necessidade de defender os interesses de Bela Cruz e impedir que outros municípios se apropriem do mérito e da produção local.

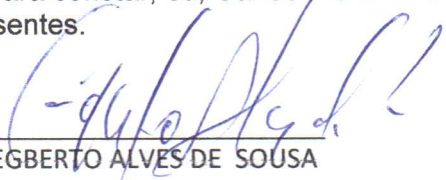
Não havendo mais vereadores inscritos para fazer uso da Tribuna, o senhor Presidente Egberto Alves chamou o Presidente do Sindicato Expedito Bosco utilizou a Tribuna do Povo para falar sobre assuntos pertinentes ao Sindicato dos Servidores Públicos. Percebendo não haver matérias a serem votadas o Senhor Presidente passou para a **ORDEM DO DIA**, que não havendo matérias apenas comentou que na próxima sessão será votado em 2º turno o Projeto de Lei Orçamentário Anual (LOA). Falou também que, na sessão anterior, durante a posse dos vereadores **Carlos Antônio Moraes** ("Bigode de Ouro") e **Erasmão Carlos**, havia sido feita a indicação do vereador José Villamar de Oliveira para integrar a Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao vereador Franklin. No entanto, a decisão ainda não havia sido submetida ao plenário. Dessa forma, o presidente colocou em votação a permanência do vereador Villamar como membro da referida comissão, sendo aprovada por unanimidade.

Nas considerações finais, o presidente parabenizou os vereadores Flávio Jovino e Alexandre de Paulo pelos pronunciamentos apresentados, destacando que foram propostos dois decretos e uma moção de repúdio, reconhecendo o importante trabalho dos sindicatos e reforçando o compromisso da Câmara em apoiar as causas que defendem os direitos dos trabalhadores, combatendo retrocessos e injustiças. O presidente também lembrou aos vereadores que o Plano Plurianual (PPA 2026–2029) está disponível para análise e eventuais emendas, ressaltando que o tema foi amplamente debatido na Praça São Gonçalo e reafirmando o compromisso do programa com o desenvolvimento do município. Por fim, Egberto Alves parabenizou toda a equipe da Câmara Municipal pela organização



Estado do Ceará Câmara Municipal de Bela Cruz

do evento alusivo ao Outubro Rosa, destacando o empenho da Sala do Cidadão e a participação dos vereadores presentes. Enalteceu o sucesso da palestra sobre prevenção ao câncer de mama e reforçou a importância da conscientização das mulheres, especialmente acima de 40 anos, quanto à realização de exames preventivos. O Presidente Egberto Alves de Souza encerrou a sessão, agradecendo a presença das autoridades e do público, e desejando um bom final de semana a todos. E, para constar, eu, Carlos Alexandre de Paulo, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes.



EGBERTO ALVES DE SOUSA
Presidente



CARLOS ALEXANDRE DE PAULO
1º Secretário